

Dossiê Processos de Territorialização e
Identidades Sociais

Apresentação do Dossiê

Rosemeire Aparecida Scopinho¹

O conjunto de artigos que compõe este Dossiê é fruto das relações científicas estabelecidas no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica – Procad de mesmo nome, o qual congregou docentes e discentes dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre – UFAC.

Sob uma perspectiva multidisciplinar e informada por um olhar questionador a respeito das articulações entre agentes regionais, nacionais e internacionais orientados para forjar uma conversão ideológica da região Amazônica ao que tem sido chamado de *desenvolvimento sustentável*, os autores problematizam as diferentes formas de ocupação deste espaço e as suas implicações socioambientais, a assimetria de poderes que caracteriza as disputas territoriais e os conflitos delas decorrentes, as metamorfoses identitárias dos sujeitos que delas participam (ou tentam participar) e os processos por meio dos quais elas são mantidas/modificadas.

No conjunto, os artigos traçam parte das linhas que relacionam uma estrutura social – potencialmente rica e mundialmente cobiçada pelos valores que pode gerar, mas que conserva/atualiza, vigorosamente, as heranças colonialistas que somente interessam aos que dos valores se apropriam – aos sujeitos que, como parte fundamental do precioso ecossistema amazônico, teimam em combater tais heranças para garantir a sua existência ao definirem lógicas próprias de existência, recriarem subjetividades e construir representações sobre as suas condições e posições no mundo. Tomados aqui na concretude, mesmo que fluida, de um caleidoscópio de identidades em mutação, os sujeitos são ativos nessas empreitadas. A análise das suas trajetórias identitárias, especialmente da grande maioria que está do lado considerado frágil da assimetria dos poderes constituídos neste território singular, pode dizer algo sobre a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento que, supostamente, os quer incluir e proteger. O que se defende é uma perspectiva de desenvolvimento

1 Programa de Pós-graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – scopinho@ufscar.br

que, sem desconsiderar a produção dos valores econômicos necessários para garantir a vida, também esteja atenta aos sujeitos em suas diversidades, necessidades, expectativas, representações e modos específicos de produzir e levar a vida. Se, discursivamente, a assertiva parece óbvia, o problema é que, de fato, ela não se realiza na Amazônia brasileira.

Sendo este o fio condutor, abrimos o Dossiê com o artigo de Sílvia Simone da Silva que trata do processo de formação e existência do *trabalhador da floresta* que, em meio às crises da economia empresarial, produziu espaços de vivência a partir da lida triangulada na agricultura, no extrativismo e na pesca. Tendo como foco a produção familiar, o tema da colonização amazônica é revisitado e problematizado à luz de referencial sociológico e filosófico que utiliza a noção de *vivência* para identificar na linha do tempo os seus principais momentos e conjunturas críticas, personagens e instituições fundamentais, lutas empreendidas, processos de territorialização gerados, identidades sociais em transformação. Assim, os *camponeses regionais* mediados pela convivência, em que o binômio cooperação-conflito (classista) sempre teve papel fundamental, não só constituíram na Amazônia-acriana as bases territoriais a partir das quais reafirmaram, cotidianamente, as suas existências como também criaram um *espaço vivencial* que, nas palavras do próprio autor, inclui “(...) *todo espaço de circulação do camponês, desde a sua pequena propriedade ou posse (colônia ou colocação), passando pela comunidade, organizações coletivas, sindicatos até o comércio ou o seu trânsito pelo espaço urbano/citadino*”. O autor tanto amplia a própria noção de camponês, que tantas polêmicas tem gerado entre os estudiosos do rural, quanto trata do lugar do *cotidiano* na sua formação, categoria analítica que tem sido renegada por grande parte deles que hoje tendem a enaltecer a “agricultura familiar” como mola propulsora do desenvolvimento nacional e sugerir um padrão ideal de ser agricultor, pressupondo que as (históricas) dificuldades materiais e subjetivas dos pequenos produtores foram superadas. Ao olhar para o *espaço vivencial* desses sujeitos pode-se denunciar a falácia da dita superação das condições de vida precárias desses trabalhadores e, como bem fez o autor, reafirmar o seu potencial de resistência.

Seguindo a trilha, Paula, Valencio e Correia refletem sobre outras dimensões do mesmo processo colonizador ao fixarem o olhar sobre o que ocorre, atualmente, em um ponto específico da Amazônia: a tríplice fronteira Brasil – Bolívia – Peru, lugar para onde, recentemente, convergiram processos socioespaciais e cronológicos, aparentemente distintos, que os autores alinharam sob o crivo de uma análise fundamentada na ideia de *desastre* como processo e de *fronteira* como lugar da alteridade. Esta região, que reconfigurou seus

territórios nas últimas décadas aderindo ao contraditório ideário que associa a chamada economia verde aos recursos tecnológicos poupadores de força de trabalho, tem sido cenário de dramas sociais provocados por diferentes catástrofes que criaram diferentes rotas de migração que ali se interpenetram: a secular seca nordestina e a (também secular) crise no Haiti, fortemente agravada em todos os seus aspectos pelo terremoto de 2010. Os primeiros, deparando-se com as intransponíveis fronteiras econômicas demarcadas pelos interesses da borracha no território brasileiro, ultrapassaram a fronteira geográfica em direção à Bolívia e de lá estão sendo expulsos, sem direitos, pelo princípio constitucional de 2009 que ampliou de 30 para 50 quilômetros a faixa interna de fronteira cujos recursos não podem ser explorados por estrangeiros. Os segundos, vítimas de uma sucessão de desastres sociais e naturais, encontraram a cancela fechada na chamada Ponte da Integração, que marca a fronteira do Brasil com o Peru, por onde chegaram do Haiti. Os autores focalizam o drama desses sujeitos, mas o fazem reportando-se aos discursos e práticas institucionais que, no caso dos haitianos, sob o rótulo da ajuda humanitária, justifica a acolhida, mesmo que ela se dê em condições análogas à escravidão. No caso dos “brasileiros”, a acolhida no retorno praticamente compulsório ao Brasil significa a adesão a uma política de reforma agrária cujos resultados já são suficientemente conhecidos pelos demandantes de terras no país.

Lima e Valle, a partir da análise da produção científica que examina as condições sob as quais tem se dado o processo de implantação do Polo Industrial da Zona Franca de Manaus (AM), propõem uma agenda de pesquisa que possa dar conta do momento atual, quando outros agentes produtivos ocupam a floresta. De que forma Manaus tem sido incluída nos fluxos do capitalismo globalizado? Os autores elencam os indícios de um acelerado crescimento da indústria chinesa na cidade que, do ponto de vista chinês, é estratégica para a expansão das suas indústrias no mundo e porta de entrada para elas no mercado consumidor brasileiro; do ponto de vista brasileiro, a industrialização da região é justificativa para minimizar o avanço do agronegócio e, assim, preservar os recursos da floresta. Tais indústrias instalam-se com padrão tecnológico capaz de mobilizar grandes contingentes migratórios do interior amazonense, mas também requerem importação de força de trabalho qualificada dos outros estados da região sudeste e de fora do país. Sob a proteção dos governos locais e federal, elas só fazem crescer a taxa de lucro ao associar o uso intensivo da força de trabalho com o pagamento de salários cada vez mais baixos. Em curto prazo, estas estratégias empresariais minimizam o “custo Amazônia”, relacionado à ausência de infraestrutura produtiva, especialmente de energia e de transporte, até que a

“guerra fiscal” instalada em diversas regiões do país as atraía para outros espaços, produtivamente mais viáveis, deixando em Manaus a população sobrando que elas atraíram inicialmente.

Os controversos modelos de reordenamento do espaço urbano em função do vertiginoso crescimento populacional ocorrido em Manaus e em Rio Branco (AC) são tratados no artigo de Moraes e Venturato. As autoras revelam as armadilhas discursivas que qualificam de poluídos os igarapés que cortam as referidas cidades e de vulnerável a população pobre que habita as suas margens, como justificativas para a sua remoção e para dar lugar a projetos de reforma e/ou qualificação urbana especialmente produzidos para favorecer a especulação imobiliária e o capital do ramo da construção civil. Assim, criam-se cidades remodeladas com base em discursos que, do ponto de vista material, requalificam o urbano ao criar novas paisagens enquanto que, do ponto de vista simbólico, apelam especialmente para o civismo e para o resgate da identidade dos moradores e sua identificação com as referidas cidades na nova roupagem que lhes foram conferidas. Os casos analisados distinguem-se pelos instrumentos burocráticos utilizados no processo de deslocamento dos moradores indesejáveis e da despossessão material e espacial decorrente. Porém, eles convergem para uma gama de efeitos negativos sobre os moradores empobrecidos, que são removidos pela autoridade pública sem que esta leve em conta as dimensões mais concretas do seu cotidiano, como as redes familiares e afetivas e a proximidade com o local de trabalho e de estudo, e ainda sobre o meio ambiente, que fica cada vez mais suscetível à ocorrência de desastres “naturais” relacionados, especialmente, às inundações.

Souza e Pinto analisam o crescimento recente das igrejas neopentecostais em Manaus – o Ministério Internacional da Restauração – e em São Paulo – a Igreja Mundial do Poder de Deus –, ambas seguidoras da Teologia da Prosperidade. Os autores denominam “empreendedorismo pentecostal” o movimento de crescimento, posto que as principais estratégias utilizadas para este fim assemelham-se às das grandes corporações, no sentido da utilização dos meios de comunicação de massa, do método de expansão do número de adeptos via formação de células ou grupos familiares e da concentração de empreendimentos econômicos considerados estratégicos e conduzidos em nome da evangelização e da expansão das igrejas.

Boa leitura e reflexão.